

AUTOR

Sarah Luna de Oliveira*

saroquinha@yahoo.com.br

* Doutora em Altos Estudos em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra

Contribuições de Gilberto Freyre para a construção de uma política externa brasileira em defesa do colonialismo português (1950-1960)

Contribución de Gilberto Freyre en la construcción de una política exterior brasileña en defensa del colonialismo portugués (1950-1960)

Contributions of Gilberto Freyre to the construction of a Brazilian foreign policy in defense of Portuguese colonialism (1950-1960)

RESUMO

Gilberto Freyre reclamou a positividade da mestiçagem na formação étnico-cultural brasileira, processo que em sua concepção resultou das capacidades de adaptação e integração do gênio lusitano com outros povos em regiões tropicais. Como se sabe, o desenvolvimento de suas teses lusotropicalistas foi oportunamente apropriado pelos ideólogos do regime chefiado por Salazar contra as pressões descolonizadoras dos EUA, URSS e da própria ONU. Deste modo, é nosso objetivo dimensionar de que modo o sociólogo recifense contribuiu para a elaboração de uma política externa brasileira favorável às estratégias autodefensivas do Império lusitano.

RESUMEN

Gilberto Freyre defendió la positividad del mestizaje en la formación étnico-cultural de Brasil, un proceso que en su concepción resultó de las capacidades de adaptación e integración del carácter luso con otros pueblos en las regiones tropicales. Como es bien sabido, el desarrollo teórico de las tesis "lusotropicalistas" de Freyre fue utilizado por los ideólogos de la dictadura de Salazar contra las presiones de descolonización de los EEUU, la URSS y de la ONU. Por lo tanto, nuestro objetivo será analizar cómo el sociólogo de Recife ayudó a elaborar una política exterior brasileña capaz de justificar las estrategias de autodefensa del Imperio portugués.

ABSTRACT

Gilberto Freyre defended the positive nature of miscegenation in the ethnic formation of Brazil, a process which, in his view, was a result of the Portuguese colonists' capability for adaptation and integration with other cultures in tropical regions. As is known, the theoretical development of Freyre's "lusotropicology" was appropriated by ideologues of the Salazar regime to use against the pressure to decolonize coming from the US, the USSR and the UN. Thus, it is our goal to measure how the sociologist from Recife helped to develop a Brazilian foreign policy capable to validate the self-defense strategies of the Portuguese Empire.

1. Introdução

Como se sabe, as teorias elaboradas por Gilberto Freyre sobre a formação étnico-cultural do Brasil forneceram o arcabouço teórico para uma nova concepção da identidade nacional brasileira. Ainda que o modelo interpretativo de Freyre possa ter suscitado opiniões divergentes, parece-nos irrefutável que tenha provocado uma espécie de revisão histórica sobre o pessimismo que então vigorava em estudos científicos acerca das matrizes “raciais” e culturais do Brasil. Neste sentido, lembramos a hegemonia de tendências eurocêntricas que dominavam os estudos etnográficos acerca da formação do Brasil, a exemplo da obra *Evolução do povo brasileiro* de Francisco José de Oliveira Viana que defendia a arianização do país sul-americano como condição para o seu progresso histórico¹.

Mas, vale salientar que a obra freyriana (a partir do lançamento de *Casa Grande e Senzala* em 1933 em diante) não apenas foi responsável por criar uma nova forma de compreender o passado colonial como também acabou por despertar uma nova consciência étnica entre os estudiosos da formação do Brasil. Ora, até então, as razões do “atraso” socioeconômico do Brasil eram atribuídas as matrizes raciais “não-brancas” do nosso país. Em certo sentido, Gilberto Freyre foi um tanto revolucionário ao inverter esta visão em sua obra-prima ressaltando os aspectos positivos da mestiçagem brasileira. A partir de então, começou a difundir-se a polêmica noção de “democracia racial”, atribuída a Gilberto Freyre, sobre a qual discutiremos mais adiante.

De todos os modos, esta nova visão da mestiçagem brasileira acabou por contribuir para a reformulação do relacionamento político do Brasil com as demais “raças” que originaram o processo de miscigenação na velha América Lusitana. Portanto, a obra de Gilberto Freyre foi um terreno fecundo tanto para aqueles que preconizavam a legitimação do apoio diplomático e político do Brasil ao regime estadonovista chefiado por Antônio de Oliveira Salazar quanto para os que defendiam uma (re) aproximação do Brasil com a África portuguesa em detrimento da dominação colonial do Império português sobre estes países.

A partir do confronto entre fontes primárias², fontes secundárias³ e entre a bibliografia produzida sobre o tema⁴, o presente artigo pretende dimensionar as contribuições do sociólogo pernambucano para a aproximação política entre o Brasil e o Portugal das décadas de 1950 e 1960. Com este propósito, o nosso primeiro passo foi efetivar uma breve incursão na produção bibliográfica de Freyre capaz de revelar a revisão do modelo colonial português levada a cabo pelo autor. Em seguida, apresentamos um breve panorama das relações luso-brasileiras no período em causa sob o ímpeto de revelar a agenda de interesses que movia o relacionamento entre os dois países no período abordado. De fato, veremos que entre 1950 e 1960 a visão particular de Freyre sobre o colonialismo português (que, aliás, justifica-se não apenas pela (re) visão do modelo colonial lusitano em sua obra, mas também por suas (inter) relações pessoais com a *intelligentsia* do governo de Salazar) esteve plenamente representada pela postura política do governo brasileiro frente ao regime de Salazar.

Dentro deste contexto, discutiremos a relevância que o governo português encontrou na politização da teoria freyriana do *lusotropicalismo* enquanto parte de estratégia de defesa e resistência do colonialismo lusitano à onda descolonizadora que se propagava pelo mundo de meados do século XX. Em contrapartida, consideraremos as possíveis razões que levaram o governo brasileiro a conceder o seu apoio ao governo de Salazar e a estabelecer uma parceria internacional com a ex-metrópole em assuntos de interesse internacional. Finalmente, considerando o terreno das disputas entre o bloco capitalista e comunista e sob as preconizações da ONU em favor do direito de autodeterminação dos povos, construiremos a nossa conclusão buscando identificar na conjuntura de então alguns pontos de ordem política e econômica que teriam favorecido o fortalecimento da aliança luso-brasileira preconizada por Gilberto Freyre.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil; Portugal;
Gilberto Freyre;
política externa
brasileira

PALABRAS CLAVE

Brasil; Portugal;
Gilberto Freyre;
política exterior
brasileña

KEYWORDS

Brazil; Portugal;
Gilberto Freyre;
Brazilian foreign
policy

Recibido:
15.12.2014

Aceptado:
08.02.2015

2. A obra de Freyre e a revisão do modelo colonial português

Segundo Gilberto Freyre, a formação étnico-cultural do Brasil assim como dos espaços hispanotropicals e lusotropicals, possuíam uma especificidade: a mestiçagem. Na concepção deste autor, a mestiçagem foi pensada a partir de uma perspectiva positiva, tendo sido considerada como componente responsável pelo desenvolvimento de qualidades culturais e sociais características do povo brasileiro. Naturalmente que esta visão otimista da constituição étnica e cultural da nação brasileira exortava os paradigmas interpretativos que ainda se encontravam sob a forte influência das teorias antropológicas do “darwinismo social”.

Para fundamentar a sua visão da mestiçagem, o sociólogo pernambucano realizou uma análise histórica do encontro e da fusão dos mundos do elemento português, indígena e africano nos trópicos. Neste sentido, não nos resta dúvida que *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933) foi uma obra fundamental que consagrou a visão de Freyre sobre a miscigenação étnica e cultural que marca a realidade sócio-histórica do Brasil.

A referida obra defende que o elemento africano ao lado do feitio do colonizador português e seu suposto talento de adaptação e aculturação traduzida na cordialidade de suas relações com os povos das zonas tropicais, teriam dado luz à sociedade patriarcal característica da região do Nordeste do Brasil. Os índios por sua vez, também assumiam sua relevância no processo da mestiçagem brasileira, sobremaneira no que respeita ao legado étnico e cultural deixado aos *caboclos* da região do Norte e do interior do país⁵.

Contudo, no corpo da narrativa de estilo literário que compõe *Casa Grande e Senzala* é possível identificar um lugar de protagonismo dedicado à figura do colonizador português no centro do processo da mestiçagem brasileira. Assim, em sua obra-prima, Gilberto Freyre constantemente ressaltava as aptidões dos portugueses em desvendar novas culturas, de se adaptarem às condições climáticas e culturais do novo mundo, bem como de civilizar os povos a partir de preceitos cristãos, aspecto que, em seu entendimento, distinguia favoravelmente o modelo de dominação

colonial do Império lusitano (e espanhol) frente ao de outras potências coloniais europeias. E aqui, o caso brasileiro servia de paradigma por excelência da colonização luso-cristã:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, a do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2004, p. 16).

A partir desta ideia de relações de raça harmoniosas apresentada por Gilberto Freyre, difundiu-se o conceito de “democracia racial”, que, de fato, nunca chegou a ser empregado pelo próprio autor em suas obras, mas, indubitavelmente, inspirou-se nestas. De acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, a ideia de democracia racial em Freyre “remonta a sua crença num suposto caráter ibérico da civilização brasileira”. (GUIMARÃES, 2002, p. 138). Este “caráter ibérico” referido está intrínseco ao gênio do colonizador português que teria sido responsável pela hibridização de distintas etnias e de seus respectivos costumes no Brasil, processo que teria se traduzido na miscigenação que fundou a nação brasileira. Neste sentido, o termo “democracia racial”, inspirado em uma metáfora política, seria uma interpretação do entendimento de Freyre sobre as complexidades e idiosincrasias que remontam ao universo da mestiçagem brasileira. Não obstante, esta interpretação coloca o caso particular do Brasil como um paradigma de sociedade frente aos outros povos que analogamente atravessaram em sua história um processo de miscigenação.

Mais tarde, a compreensão acerca deste “caráter ibérico” que teria marcado a civilização brasileira é desenvolvida pelo sociólogo em *O mundo*

que o português criou (1940). Nesta obra, o autor pernambucano buscou confirmar o dom civilizatório da antiga metrópole lusitana frente a outros povos europeus a partir de “qualidades de cordialidade e de *sympathia*, características do povo português – o mais *christão* dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores” (FREYRE, 1940, p. 42).

Naturalmente que este tipo de argumento despertou os interesses propagandísticos dos ideólogos do regime chefiado por Salazar. Neste sentido, a possibilidade de investir na divulgação da obra de Gilberto Freyre passou a incorporar as estratégias autodefensivas do Império lusitano sob a égide do Estado Novo português, uma vez que se tratava de uma oportunidade perfeita para a comprovação “científica” das qualidades da obra civilizadora portuguesa. Não por acaso, o autor brasileiro passou a ser assediado por membros da *intelligentsia* do governo estadonovista de além-mar.

Segundo a pesquisadora portuguesa Claudia Castelo, a correspondência entre Gilberto Freyre e seus interlocutores portugueses dinamizou-se após sua viagem a Portugal em 1951⁶. Ora, foi a partir de então que o governo português efetivamente iniciou o financiamento de obras de Freyre que tivessem algum valor apologético para a defesa do colonialismo lusitano passível de ser explorado.

Com este mesmo propósito, o sociólogo recifense foi convidado diretamente pelo Ministério do Ultramar para conhecer as províncias ultramarinas. De fato, a ideia do convite nasceu de Osório de Oliveira – delegado do Ministério do Ultramar – e foi muito bem acatada pelo próprio Ministro do Ultramar, amigo pessoal e correspondente regular de Freyre, Manuel Sarmiento Rodrigues, a quem o sociólogo pernambucano não conseguiu resistir:

Avisto-me com o ministro Sarmiento Rodrigues e é como se me avistasse com uma sereia das que no Brasil chamam barbadadas. Fala-me de tal modo que me deixo persuadir. Resolvo ir de Portugal ao Ultramar Português, vencido pelo homem-sereia em todas as minhas resistências e argumentos (FREYRE, 2001, p. 36).

Provavelmente, esta oferta do governo português tenha se apresentado ao sociólogo como uma ocasião adequada para a atualização de seus estudos acerca do modelo colonial português considerando a dominação lusitana sobre os territórios africanos e asiáticos que ainda integravam o velho Império naquela década de 1950. No entanto, a notícia da viagem de Freyre às províncias africanas também foi motivo de celeuma entre os leitores de sua obra em África. Neste sentido, destacamos o emblemático caso de Angola. Ora, a ida do sociólogo a este país parecia ser o ensejo perfeito para que Gilberto Freyre tomasse conhecimento e possivelmente se solidarizasse com as causas independentistas angolanas. Havia esperança em sensibilizar o defensor da cultura africana das páginas de *Casa Grande e Senzala* para que este conhecesse os verdadeiros abusos da atual obra colonial portuguesa, como comprova o conteúdo da carta de Mário de Alcântara Monteiro endereçada a pessoa de Freyre⁷.

O fato é que, desta viagem pela África e Ásia portuguesa, surgiram duas obras, *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação* (1953) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953). Ambos os títulos continuavam a ressaltar as vantagens do colonialismo português a serviço de um ideal de civilização mais voltado à realidade histórica do século XX. As críticas ao modelo colonial português eram incipientes e não havia qualquer menção aos casos de trabalho compulsório, ou da repressão empregada contra os nativos opositores do governo ultramarino, ou de qualquer aspecto que pudesse depreciar a dominação portuguesa em suas províncias de além-mar. Naturalmente que os representantes do governo de Salazar designados a acompanhar Freyre em sua visita às províncias ultramarinas cuidaram em afastar da vista do sociólogo quaisquer impressões negativas que pudessem contrariar suas expectativas. Afinal, a razão maior que justificava esta incursão sócio-antropológica pelo Ultramar consistia na constatação científica do aperfeiçoamento do dom civilizatório dos portugueses ao longo dos anos.

Para além do investimento na politização das teses de Freyre, o governo português tinha ainda plena consciência de que o autor era um prestigiado formador de opinião no Brasil, que além de

cientista e acadêmico, também desempenhava a função de jornalista e não raro recebia convites do governo de seu país para ocupar cargos em ministérios e embaixadas⁸. Deste modo, observamos que a dedicação e colaboração deste expoente intelectual do Brasil para a consolidação de uma aliança luso-brasileira se intensificou após a sua viagem ao Portugal ultramarino em 1951. Curiosamente, ainda no ano de 1953, quando as suas duas obras que resultaram da viagem do autor por terras portuguesas foram lançadas, o *Tratado de Amizade e Consulta* foi devidamente assinado entre Getúlio Vargas e Antônio de Oliveira Salazar a 16 de novembro de 1953. Sem dúvida, a celebração deste Tratado foi o primeiro sinal formal do apoio da ex-colônia americana aos assuntos internacionais que diziam respeito a Portugal.

3- Breve panorama das relações luso-brasileiras entre 1954 e 1960

Com o suicídio de Getúlio em 1954, o medo de uma crise política no Brasil ameaçava os planos do governo português que não tardou em viabilizar a visita do Presidente Café Filho a Lisboa. Para a diplomacia portuguesa interessava concretizar maiores avanços nas negociações do *Tratado de Amizade e Consulta* com o presidente brasileiro. Neste sentido, pode-se afirmar que as autoridades lusitanas obtiveram todo o êxito e garantiram do Presidente Café Filho a promessa de que “estaremos sempre ao lado de Portugal porque formamos com ele uma verdadeira comunidade” (DIÁRIO POPULAR, 1955, p.1). Um importante resultado desta viagem do presidente brasileiro a ex-metrópole foi a conquista do apoio do governo brasileiro contra os projetos anexionistas da recém-criada União Indiana sobre a possessão portuguesa de Goa.

Entretanto, um pouco mais tarde, o clima de acirrada disputa entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) dos herdeiros políticos do ex-presidente Getúlio Vargas e os seus adversários da União Democrática Nacional (UDN) fez com que Café Filho renunciasse

à presidência da República. Esta atitude colocou em terreno incerto o desdobramento futuro da aliança entre Brasil e Portugal. Em seu lugar, assumiu o então presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz. Quando convocadas as novas eleições em novembro de 1955, Juscelino Kubitschek (do Partido Social Democrático) tendo como vice-presidente João Goulart do (PTB) ganhou o pleito.

Contudo, houve tentativa de impugnação da vitória de JK por parte do partido opositor – UDN. Para ser empossado, o candidato vitorioso teve que contar com o apoio prestado pelo General Henrique Teixeira Lott que liderou um levante militar a 11 de novembro de 1955 e depôs o então presidente interino da República Carlos Luz da UDN. Mas, o Congresso Nacional decidiu em sessão especial impedir e sustentar o exercício do mandato do sucessor indicado por Café Filho, delegando o cargo da presidência do país à Nereu Ramos. Não obstante, o presidente eleito pelo voto popular era Juscelino e sua legítima ascensão ao poder passou a ser uma questão de tempo.

Enquanto aguardava a dissipação destas contendas e o momento adequado para a sua posse, Juscelino decidiu realizar uma viagem entre os Estados Unidos e a Europa para captar possíveis investimentos para a execução do seu “Plano de Metas”. Ao saber da eleição de Juscelino, e de sua presença na Europa, o governo português rapidamente dirigiu um convite ao mais novo presidente brasileiro para visitar Portugal. Por sua vez, JK não demorou em acatá-lo⁹.

Uma vez em Portugal, interessava saber se o recém-eleito presidente daria continuidade à política luso-brasileira que vinha sendo desenvolvida desde o governo de Getúlio Vargas quando se firmou o *Tratado de Amizade e Consulta*. Diante da enxurrada de homenagens que lhe foram estrategicamente dirigidas, Juscelino correspondeu às expectativas do governo português quando declarou seu apoio total ao desenvolvimento da política luso-brasileira, com estas palavras: “[...] não é só manter. É aumentar. É aumentar essa solidariedade com Portugal em todos os terrenos” (DIÁRIO DE LISBOA, 1956, p. 8). Ademais, JK convidou o presidente Craveiro Lopes a visitar o Brasil¹⁰.

4. Gilberto Freyre e as relações luso-brasileiras entre 1950-1960

Em sua passagem por Lisboa, Juscelino tinha deixado claro que seria um amigo de Portugal aumentando as expectativas da ex-metrópole com relação à parceria internacional junto ao Brasil. E assim foi de tal modo que ao assumir a presidência em 31 de janeiro de 1956, a diplomacia portuguesa já havia projetado uma política bilateral a ser desenvolvida com o presidente mineiro. Em nossa compreensão, Gilberto Freyre foi indubitavelmente um grande aliado do governo português para que este negociasse os seus interesses junto ao governo de Juscelino.

Não por acaso, em suas correspondências com Freyre, o ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues lhe advertia sobre a urgência da regulamentação de uma parceria luso-brasileira naquele panorama geopolítico:

Tenho visto na imprensa referências a artigos seus nos jornais do Brasil sobre causas portuguesas. Oxalá que oiçam, porque me parece que pouco se caminha na aproximação efetiva. [...] Não duvido dos sentimentos fraternais, mas gostaria que alguma coisa se concretizasse, do muito que eu poderia fazer por nós mesmos povos irmãos. Precisavamos de olhar para o futuro nesta ocasião, no limiar de uma nova organização mundial. [...] Estamos todos envelhecendo e a mim só me custa não ver gente nova para concretisar entusiasmos e aspirações de aproximação. [...] Tenhamos fé. [CARTA DE MANUEL SARMENTO RODRIGUES A GILBERTO FREYRE: 21 de novembro de 1956, p. 8. Consultada na Fundação Casa de Gilberto Freyre, Recife. Pasta de Correspondentes Portugueses].

O mesmo ministro tratava de temas cruciais para a sobrevivência do colonialismo português com o sociólogo de Apipucos, pondo-o a parte das tensões cada vez mais intensas entre a União Indiana e o Império lusitano em territórios asiáticos¹¹. Chegava mesmo a demonstrar uma nítida pressão de sua parte para que Freyre advogasse em defesa de seus pontos de vista junto ao governo brasileiro. Na realidade, este posicionamento do estudioso pernambucano não

seria inédito, pelo que relembramos os tempos em que fora deputado federal pela UDN (1946-1951) quando chegou a interceder pela situação dos imigrantes portugueses residentes no Brasil e lutou pela legitimação de seus direitos na Constituição brasileira mediante o reconhecimento de um estatuto especial que os distinguisse dos demais imigrantes de outras nacionalidades e que os garantisse o mesmo tratamento concedido aos cidadãos brasileiros¹².

Em nossa análise das correspondências intercambiadas entre Gilberto Freyre e sua rede de contatos em Portugal constatamos uma sólida e prolongada amizade entre o sociólogo e o ministro Sarmiento Rodrigues. Este foi o interlocutor com o qual Freyre se comunicou com maior regularidade, ou seja, por um período de 27 anos. Inquestionavelmente, o sociólogo e sua família eram íntimos do ministro Sarmiento e seu clã, relacionamento que possibilitou a abertura de um profícuo canal de barganha da agenda de interesses do Estado Novo português junto ao governo brasileiro.

Portanto, não era raro encontrar em alguns jornais brasileiros das décadas de 1950-60, um Gilberto Freyre pronto a rebater as críticas lançadas ao fortalecimento dos laços do governo de JK com a ditadura portuguesa:

Parece-me curioso e até hilariante que haja entre nós liberais de tal modo melindrosos que se sintam ofendidos nos seus delicadíssimos sentimentos políticos por um sistema de governo como o do Portugal de hoje. Que se de a esse requintado luxo um inglês ou um suíço, compreendo. Mas, que um brasileiro de agora escreva sobre o assunto como se fosse um inglês ou um suíço, ou como se isto aqui fosse uma Grã-Bretanha ou Suíça, é bovarismo que me deixa um tanto quanto atarantado. Eu, por mim, aos excessos a que nos está levando do modo mais cru, um eleitoralismo corrompido por um lado, pela demagogia, e por outro, pelo dinheiro, não hesitaria em preferir por algum tempo, para o coitado do Brasil, um sistema de governo que, sendo democrático no seu sentido social, fosse menos liberal que o de hoje no seu mecanismo político;

e pudesse assim nos desintoxicar daqueles excessos e das sobrevivências perniciosas do sub-varguismo. Essa tarefa, o regime de exceção que desde 45 me parece necessário ao Brasil a realizaria por seu modo limpo, firme e honesto de ser governo: a maneira do governo Salazar. [...] Não estou a fazer apologia do atual regime português. Estou, - isto sim, - a reconhecer nos homens que melhor o encarnam, figuras merecedoras do respeito brasileiro (FREYRE, 1967, p. 4; 7).

As afinidades ideológicas de base conservadora bem como a mútua admiração por modelos de governo autoritários eram alguns pontos convergentes da amizade galgada entre Freyre e o ministro Sarmiento em assuntos relativos à política. Assim, não erramos totalmente em afirmar que, de certo modo, Gilberto era um entusiasta do Estado Novo português e de seus representantes.

Devemos lembrar ainda que, em certo sentido, a ênfase que Freyre dedicou em sua obra ao protagonismo do elemento português na formação histórica do Brasil acabou por se representar no terreno da política externa brasileira através da componente ideológica ocidentalista que preconizava a preservação da aliança com o mundo europeu, civilizado e cristão. Naturalmente que o triunfo desta corrente favoreceu o relacionamento bilateral com a ex-metrópole e acabou por posicionar a antiga Terra de Vera Cruz no plano oposto ao das lutas independentistas das demais colônias do mundo lusófono. Contraditoriamente a antiga colônia americana optava por negar o direito de autodeterminação aos povos que ainda viviam sob a dominação portuguesa ao passo que se associava ao projeto imperialista do Estado Novo de além-mar.

Na realidade, ao apresentar-se no panorama internacional ao lado de sua antiga metrópole, o Brasil se colocava aos olhos do mundo como a grande prova viva das potencialidades da obra civilizadora dos portugueses. Ora, e não era exatamente isso que as teses lusotropicalistas desenvolvidas por Freyre sustentavam? E não era isto que preconizavam os entusiastas da “democracia racial” brasileira? Ainda sob esta perspectiva, as demais colônias lusitanas encontravam-se em processo de desenvolvimento sociocultural e histórico tendo

em vista o paradigma da “harmonização racial” que imperava na antiga Terra de Vera Cruz. Para atingirem o estatuto de nações independentes deveriam seguir sob a tutela do domínio lusitano até que a mesma obra civilizadora realizada no Brasil fosse realizada em seus respectivos territórios. Ficava, portanto confirmado o grande destino civilizador da ex-metrópole: construir novos brasis na África e na Ásia. Esta era a lógica legitimadora que a lusotropicologia de Freyre oferecia ao fortalecimento da aliança luso-brasileira já nos anos do governo JK – Salazar.

Ora, o governo estadonovista atribuiu um sentido político à estas teses, ressaltando o seu talento em fomentar a civilização mediante um processo de harmonização racial. Esta noção empregada por Freyre para designar a “atual situação brasileira de integração quase exemplar no que se refere à interpenetração de raças – a branca e as de côr e de civilizações – a europeia, a africana e a indígena” (FREYRE, 1958, p. 24) que, como vimos, no Brasil difundiu-se a partir da ideia de “democracia racial” foi constantemente explorada pelos ideólogos do regime salazarista em suas estratégias propagandistas exaltadoras de um Portugal multirracial e pluricontinental. Claramente, tratava-se de uma tentativa de mimetizar a existência do imperialismo lusitano sob a exaltação da convivência pacífica entre as distintas raças e territórios que compunham o Portugal continental e ultramarino.

O próprio Salazar chegou a vincular as crises da civilização moderna com a incapacidade de uma convivência harmoniosa entre as raças:

Quando me ponho a reflectir sobre a crise interna e externa por que passa a nossa civilização, não me acode ao espírito duvidar da capacidade universal dos seus princípios, nem desse halo espiritual e humano que lhe permite elevar por simples efeito da sua irradiação até a uma fraternidade universal as almas, as raças, os povos. Mas além de ser já grande diminuição do potencial civilizador ter-se aqui e além perdido a fé na sua superioridade intrínseca, eu vejo que nos estamos por vezes comportando como se esses conflitos de civilização estivessem postos só para discussão de filósofos em

doutas academias. E o que receio então? Direi francamente que tenho medo... do medo (SALAZAR, 1959, p. 385).

Eis que podemos finalmente indagar como o Brasil poderia fazer frente às pressões exercidas pelo fim dos domínios coloniais portugueses que emanavam da ONU, dos EUA e mesmo da URSS? Pois que o apoio brasileiro ao governo português atuava como uma espécie de ponte mediadora dos interesses portugueses frente ao país norte-americano, líder do bloco ocidental capitalista, o que se pode conferir diante de algumas das metas estabelecidas pela representação brasileira em termos de política internacional mencionadas no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1957:

consolidar no continente a posição do Brasil, busando preservar e aumentar dentro do bloco latino-americano, nosso prestígio, sem descuidar dos laços e compromissos culturais e históricos que nos prendem às nações latinas do velho mundo; c) manter o apoio tradicionalmente dado aos EUA e às potências ocidentais nas questões que envolvam a adoção de medidas de defesa da coligação ocidental contra o expansionismo soviético d) buscar, no tocante ao tratamento das questões coloniais, mediação e conciliação entre os pontos de vista dos blocos em que se reparte a Assembleia [da ONU], tendo em vista a conveniência de uma reconciliação com os países árabes e asiáticos e de um maior conhecimento das realidades econômicas dos territórios não autônomos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1957, pp. 24-25).

Embora o último ponto tratasse da questão de territórios não autônomos, deve-se esclarecer que a diplomacia brasileira aceitou e acatou a revisão do Ato Colonial português de 1930 que substituiu o termo “colônias” pela designação de “províncias ultramarinas”, o que não deveria significar como antes nenhum tipo de dominação colonial, mas sim a extensão da própria nação portuguesa para além do continente europeu. Neste sentido, destacamos o célebre discurso proferido por Donatelo Grieco - representante do Brasil na ONU - em defesa de Portugal na Assembleia realizada em 1957 naquela

Organização¹³. Deste modo, pode-se enfim concluir que para a gramática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil o significado de “territórios não autônomos” não incluía em seu valor semântico as províncias do Ultramar português.

Além disso, a análise detalhada dos relatórios do Ministério das Relações Exteriores encaminhados ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, revela que, efetivamente o governo brasileiro atuou como representante da causa portuguesa na Índia¹⁴; comprova o desenvolvimento de uma política com relação à África que fazia vista grossa à existência de movimentos de descolonização em territórios sob o domínio português, muito embora, não ignorasse a sua existência em outros países africanos e não tardasse a reconhecer a independência daqueles que se proclamavam soberanos como Marrocos e Tunísia¹⁵; por último, atesta o apoio inquestionável do governo JK concedido aos Estados Unidos da América o que justificava-se pelo protagonismo dos investimentos norte-americanos no “Plano de Metas”, bem como pelo posto de maior contribuidor nos programas de erradicação do subdesenvolvimento na América Latina, a exemplo da Operação Pan-Americana.

Este bom relacionamento entre o Brasil e os EUA era crucial para a defesa da ex-metrópole lusitana no cenário internacional das décadas de 1950-1960. Pois, através da interseção do governo brasileiro junto ao líder do bloco ocidental buscava-se convencer que era preferível que os domínios lusitanos continuassem sob a tutela de uma nação europeia, tradicional, e que, sobretudo manifestava-se claramente anticomunista e que era “amiga” do Brasil em assuntos de ordem internacional, do que perder estes domínios para o bloco soviético comunista identificado como impulsor dos movimentos independentistas que pululavam especialmente na África portuguesa.

Inclusive, em 1960, no contexto das progressivas tensões geopolíticas entre o bloco ocidental e soviético, o próprio Freyre seguia defendendo que o governo brasileiro deveria preservar seu alinhamento às estratégias autodefensivas do moribundo Império português chefiado por Salazar.

Vê-se por aí ser considerável o atual interesse tanto da parte de russos soviéticos como de anglo-americanos pelos espaços ou áreas tropicais. Nos espaços tropicais marcados pela presença hispânica, em geral, e lusitana, em particular, encontram-se já civilizações ecológicamente harmonizadas com êsses meios que não seriam fáclimene desenraizadas dêles sob a pressão de nenhum outro sistema de civilização, boreal ou tropical - o caso da indiana - que se empenhasse em qualquer esforço dessa espécie. Mesmo porque tais civilizações formam hoje um complexo pelas semelhanças nos processos através dos quais se vêm integrando em espaços tropicais (FREYRE, 1960, p. 6).

Por essas razões o apoio do Brasil à causa colonialista do Estado Novo português fazia-se, portanto crucial para a sobrevivência do velho Império lusitano. Neste sentido, projetou-se inclusive a formação de um bloco internacional formado por países de expressão cultural lusófona que seria chefiado por Portugal e pelo Brasil. Trata-se da *Comunidade Luso-Brasileira*, que, muito embora nunca tenha chegado a se concretizar, é sintomática para a compreensão do relacionamento luso-brasileiro no contexto da Guerra Fria.

5. Conclusão

Para efeitos de conclusão, acrescentamos que as contribuições de Gilberto Freyre em favor da intensificação da parceria internacional luso-brasileira coincidiu com razões de ordem econômica decisivas para que o governo brasileiro viesse a investir no fortalecimento dos laços com a ex-metrópole. O tema da concorrência entre o café brasileiro e angolano nos mercados internacionais, por exemplo, foi uma questão que desfavorecia o equilíbrio da balança comercial brasileira e que o governo de Juscelino buscou capitalizar como moeda de barganha para conceder seu apoio ao projeto colonialista do Estado Novo português.

Com este propósito, foi criado o *Acordo Internacional do Café* (vigente a partir de 1962) que intencionava regulamentar as questões da produção, da venda e do consumo do café como forma de garantir o crescimento da compra do produto de origem brasileira no âmbito do mercado nacional e internacional, o que parecia possível mediante o nivelamento da concorrência com o café angolano. Por sua vez, o sucesso do café angolano nos mercados estrangeiros representava uma das maiores receitas da economia portuguesa na década de 1950, o que justificou a resistência deste país em subscrever o Acordo em seu primeiro ano de validade¹⁶.

Embora esta adesão significasse um sacrifício para a economia portuguesa, uma vez que implicava na redução e fiscalização das cotas da comercialização do café angolano, o objetivo maior de conquistar o apoio brasileiro à política colonial lusitana valia o esforço. De todos os modos, o *Acordo Internacional do Café* não chegou a obter muito sucesso em seus objetivos de estabelecer preços equitativos para a venda do café.

Sobre este aspecto, devemos considerar que se comparadas entre si, as condições de produção do café brasileiro estavam em total desvantagem frente às angolanas, onde não havia qualquer regulamentação jurídica do trabalho que exigisse a atribuição de salários para a mão de obra cafeicultora. Os termos do *Acordo* pouco podiam fazer para que este sistema produtivo fosse revertido, mesmo porque o Brasil e Portugal eram parceiros internacionais, mas nenhum nem outro país tinha poder de intervenção em assuntos relativos às suas respectivas economias nacionais.

Não obstante, o governo estadonovista se mobilizava para transformar Angola e demais possessões africanas em colônias de povoamento como meio de dismantelar os movimentos independentistas ali presentes, medida que contribuiria para a expansão do cultivo de café e de outros bens primários. Os termos do *Acordo Internacional do Café* tampouco conseguiram penetrar no monopólio comercial que Portugal exercia sobre suas colônias e que impedia que estas negociassem a venda de seus produtos diretamente com outros países. A questão era difícil de ser resolvida.

Diante desta realidade, a parceria internacional selada com a ex-metrópole passou a ser interpretada como algo prejudicial ao desenvolvimento da própria economia brasileira, tendo em vista que o protagonismo do café entre as décadas de 1950 e 1960 ainda seguia inabalável. Dentro do corpo diplomático nacional, paulatinamente se fortalecia o movimento em favor da aproximação do Brasil com a África portuguesa à revelia da aliança com a ex-metrópole, especialmente após a eclosão da guerra colonial em 1960. Com a sucessão presidencial de JK, finalmente triunfaria a valorização de uma política externa mais voltada ao desenvolvimento de relações com os países africanos de fala portuguesa.

Deste modo, o governo de João Goulart desenvolveu a *Política Externa Independente*

fiel à grande causa da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos que nos levou a com eles nos solidarizar e a tomarmos em todas as assembleias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo (DANTAS, 1961).

A nova *Política Externa Independente* preconizava maior autonomia para o campo de atuação internacional do Brasil a despeito das limitações impostas pelas tradicionais alianças estabelecidas com os EUA e com Portugal. A partir de então, o apoio ao projeto colonialista da ex-metrópole ficava interrompido e só seria retomado após o golpe militar de 1º de abril de 1964.

NOTAS

¹ Lembremos de sua obra *Evolução do povo brasileiro* em que o autor mensurou o grau evolutivo do povo da nação brasileira a partir da mistura do sangue do negro, do índio e mesmo dos portugueses colonos com o sangue branco, “no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça” (VIANNA, 1938, p. 205).

² Principais fontes primárias consultadas na consecução do presente artigo: correspondências entre Gilberto Freyre e interlocutores dos quadros do Estado Novo português e relatórios do Ministério das Relações Exteriores apresentados à Presidência da República no período em questão.

³ Tais quais entrevistas concedidas pelo sociólogo recifense em jornais e revistas.

⁴ Consultar a referente bibliografia nas Referências citadas ao final do presente artigo.

⁵ Sobre a questão dos índios consultar, FREYRE, 2004, pp. 158-159.

⁶ Segundo Claudia Castelo, “A visita oficial de Gilberto Freyre a Portugal e às colônias lusas marca o reconhecimento da sua obra pelo poder político português e contribuiu para o alargamento da sua rede de relações com personalidades portuguesas” (CASTELO, 2002, p. 426).

⁷ Veja-se o fragmento da carta do angolano Mário de Alcântara Monteiro enviada ao sociólogo de Apipucos e analisada pela autora Cláudia Castelo: “[...] o bom Povo de Angola, que tantas afinidades tem com o bom Povo do Brasil – nas suas incertezas, nos seus múltiplos problemas; nós, que estamos habituados a ser observados como curiosidades de museus; nós, que tantas vezes nos encontramos com banais ‘caçadores de exotismos’, ou simplórios colecionadores de sensações novas, seduzidos por aquilo a que, em breve, - como todos os dias nos repetem as Emissoras -, o teremos entre nós, não conseguimos sofrer a nossa satisfação pelo facto e aqui estamos, prezado camarada da mesma luta, a manifestar-lhe, com toda a sinceridade do nosso desejo de compreensão; com toda a veemência da nossa aspiração por um futuro melhor, mais justo, mais tranquilo e mais feliz para para o nosso incompreendido e desamparado Povo, - como para todos os nossos irmãos do Mundo -, o nosso Muito Obrigado, por vir. [...] Efectivamente V. Não é para nós um desconhecido. Há muito que nos habituamos a admirar, no autor de *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, um valoroso e combativo soldado da nossa causa – a reabilitação – se tal termo nos é permitido – dos nossos irmãos negros de todo o Mundo, e um velho amigo” (CASTELO, 2002, p. 428).

⁸ Segundo confessou o próprio sociólogo, “Daí eu ter recusado tantos cargos públicos ao longo de minha vida. Fui convidado para ser ministro e embaixador. A embaixada em Paris me foi oferecida e eu não aceitei, e olha que essa é uma atração muito grande para todos os brasileiros, inclusive os intelectuais. Essas recusas deixaram que eu me concentrasse nas atividades intelectuais e artísticas. Sem dúvida, o poder tem suas atrações, principalmente para quem se mete dentro dele e acha difícil sair. Nunca recebi influência do poder” (FREYRE, 1983, pp. 16-18).

9 O *Diário de Lisboa* estampou a seguinte notícia acerca da visita de JK ao país lusitano em sua página principal: “O Presidente eleito do Brasil aceitou o convite do Governo Português para visitar o nosso país”. E na última página do jornal publicou a resposta do próprio presidente brasileiro a respeito do convite que lhe fora dirigido pelo governo português: “Visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar. É com emoção que mais uma vez, vou contemplar os velhos monumentos que assinalam na História a hora solar do povo lusitano. Em nome do Brasil, saúdo a raça heroica que descobriu a minha Pátria, abrindo para o Mundo uma imensa forja de trabalho e civilização” (DIÁRIO DE LISBOA, 1956, p. 1; 16).

10 Assim declarou Juscelino, “Tive o prazer de tomar contato com o ilustre Presidente da República deste País, a quem dirigi convite para visitar o Brasil” (DIÁRIO DE LISBOA, 1956, p. 8).

11 Veja-se o trecho desta carta de autoria de Sarmiento Rodrigues enviada para Freyre: “Bem sabe o que se passa na Índia. Aquela gente da União Indiana jogou uma má cartada, para eles e para nós. O Primeiro Ministro tão inteligente, deixou-se levar por influências que não tinham base. Devorou-lhe uma ilusão que o conduziu a apoiar um movimento que se verificou não ter gente de valor nem sequer de seriedade. Os poucos goeses que o entusiasmaram eram, na quase totalidade – e bem pouco os são – pessoas desqualificadas, alguns fugidos à justiça. A reação da população de Goa mostra-lhe o erro em que cahiu. Foi esta atitude patriótica da população de Goa que permitiu que se desenvolvesse com segurança a ação diplomática que levou à condenação internacional da atitude da União Indiana”. Carta de Manuel Sarmiento Rodrigues a Gilberto Freyre: 25 de outubro de 1954, p. 1. Consultada na Fundação Casa de Gilberto Freyre, Recife. Pasta de Correspondentes Portugueses.

12 Eis o discurso do então deputado Gilberto Freyre: “Creio que o que a Constituição pode consagrar, na parte referente à imigração ou a naturalização, é a situação especial do português no Brasil. Como já salientou em lúcido discurso nesta Assembléia o ilustre deputado por São Paulo, sr. Aureliano Leite, para os brasileiros, os portugueses não são estrangeiros: são portugueses. Esta é a realidade sociológica que cabe à Constituição consagrar e confirmar no interesse do desenvolvimento das relações entre o Brasil, Portugal e as comunidades neoportuguêsas da África, da Ásia e das ilhas: comunidades que cada dia constituem um bloco transnacional mais forte de cultura e de população orientadas por tradições e destinos, comuns e servidas pela mesma língua também transnacional ou sobrenacional, e por isto mesmo nem nacionalmente portuguesa nem nacionalmente brasileira mas sobrenacionalmente português. O Brasil deve preparar-se para receber, em número considerável, nos próximos anos, imigrantes de várias procedências, sem que o lastro de cultura tradicional e comum, que é a de origem predominantemente, lusitana sofra depressão excessiva, ou perigosa. Ao contrário: no interesse da nacionalização e da cultura brasileira, é que tudo deve ser feito para que esse lastro se avigore, através da maior aproximação do nosso povo com o português e do reconhecimento da situação, especial do português em nosso meio. Daí o aplauso que trago à emenda oferecida pelo nobre deputado Aureliano Leite, no sentido de ser reconhecida pela Constituição essa situação especial do lusitano no Brasil, tornando-se assim,

possível à lei ordinária dar a essa situação especial a extensão ou a amplitude que as circunstâncias forem exigindo ou indicando. Extensão ou amplitude de que a fase próxima talvez venha a ser considerarmos os cidadãos portugueses que vierem residir no Brasil, enquanto aqui permanecerem, cidadãos brasileiros com idênticos direitos dos naturalizados” (FREYRE, 1946, pp. 8-9).

13 Veja-se a argumentação de Donatelo Grieco: “A Nação Portuguesa é, salientemo-lo preliminarmente, uma unidade psicológica e histórica. Na decorrência de tal unidade multissecularmente consolidada, é que a Constituição Política de Portugal define o território português sem distinguir, em relevância ou em liberdade, entre Continente e Arquipélagos, entre Moçambique e o Estado da Índia, entre Macau e Timor. [...] Invocando ainda uma vez o princípio aqui aceito de que as ilhas costeiras são parte integrante do Estado continental, e associando-o ao preceito matemático de que duas quantidades iguais entre si são sempre iguais a uma terceira, vejo-me forçado à chegar a conclusão igualmente matemática de que, não distinguindo a Constituição portuguesa entre ilhas adjacentes e Continente, e equiparando este e aquelas a todas as demais províncias ultramarinas, tentar abrir exceções artificiais na matéria seria desmentir a doutrina já aqui pacificamente aceita de respeito às ilhas *off the coast*, sob pena de querer rebaixar estas últimas sem de qualquer maneira elevar a categoria real das demais províncias” (GRIECO, 1957, p. 7).

14 Ainda antes da ascensão de JK à presidência, o Brasil já havia assumido o compromisso de defender os interesses portugueses na Índia. Veja-se: “Convidado pelo Governo português, o Brasil comunicou, por nota, ao Governo da Índia, ter aceitado o encargo de proteger os interesses portugueses na Índia, tendo assumido, no dia 8 de agosto de 1955, tal investidura. No dia 22 do mesmo mês, o Governo da Índia comunicava à Embaixada do Brasil em Nova Dehli reconhecer o papel de protetor por parte do Brasil” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1955, p. 34).

15 Sobre este tema, consultar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1956, p. 51.

16 Segundo Williams da Silva Gonçalves, “sendo o café de Angola o principal responsável pelo saldo comercial positivo da metrópole e pelo facto de Portugal não possuir mercado próprio, sua adesão ao Acordo Internacional do Café, que instituía quotas de retenção do produto para estabilizar seu preço no mercado internacional, representava um pesado sacrifício para o conjunto da economia portuguesa” (GONÇALVES, 2003, p.219).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas proferido em 11 de setembro de 1961* [online]. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=141%3Aasan-tiago-dantas&catid=55%3Aministros&Itemid=92 Acessado em 29/11/2012.
- FRANCO A. C. (org.). *Documentos da Política Externa Independente. Volume 1*, Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 393 p., ISBN 978.85.7631.083-9.
- FREYRE, G. «Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje» [online]. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1960. Disponível em: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/politica_trans.htm Acesso em: 27 de outubro de 2012.
- FREYRE, G. 1967. «A propósito do atual regime português». *Diário de Pernambuco*, 16 de junho, no 54, p. 4; p. 7.
- FREYRE, G. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001. 512 p., ISBN 85-7475-036-0.
- FREYRE, G. *Discurso pronunciado pelo Deputado Gilberto Freyre na Assembléia Nacional Constituinte, sessão de 17 de junho de 1946* [online]. Rio de Janeiro, 1946, Disponível em: http://www.releituras.com/gilbertofreyre_bio.asp Acessado em: 22/06/2013.
- FREYRE, G. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1958. 140 p.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. 2ª ed., Lisboa: Livros do Brasil, 1940. 221p.
- FREYRE, G. *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações intranacionais no Brasil*. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958. 88 p.
- FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª ed., São Paulo: Global, 2004. 719 p., ISBN 85-260-0869-2.
- FREYRE, G. «Entrevista a Gilberto Freyre, um menino aos 83 anos». *Santista*. vol. 1, São Paulo, nov. 1983, pp. 16-18, no 2.
- GONÇALVES, W. S. *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003. 253 p., ISBN 97-267-1104-5.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, Raça e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002, 232 p., ISBN 85-7326-232-X.
- GRIECO, Donatello. *Defesa de Portugal na ONU (30 de janeiro de 1957)*. Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes; Lisboa, Academica de D, Felipa, 1957. 19 p.
- MAGALHÃES, J. C. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997. 121p., ISBN 97-256-4283-X.
- 1955 *Relatório apresentado ao excelentíssimo Senhor Nereu Ramos, Vice-presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República* [Rio de Janeiro]: Ministério das Relações Exteriores, 1956. 259 p.
- 1957 *Relatório apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares*. [Rio de Janeiro]: Ministério das Relações Exteriores, 1958. 287 p.
- 1955 *Relatório apresentado ao excelentíssimo Senhor Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República*. [Rio de Janeiro]: Ministério das Relações Exteriores, 1956. 302 p.
- «O presidente eleito do Brasil aceitou convite do Governo português para visitar o nosso país». 1956. *Diário de Lisboa*, 04 de janeiro, no. 35, p.1; p.8; p. 16.
- «Presença do Brasil». 1955. *Diário Popular*, 23 de abril, no. 4507, p. 1.
- SALAZAR, A. O. *Discursos e notas políticas (1951-1958)*. 5ª vol. Coimbra: Coimbra Editora, 1959. 530 p.
- CASTELO, Cláudia. «Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre» [online]. *Atas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, vol. 2, [Porto. Portugal]: 2002, pp. 421-444, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf> Acessado em 25/10/2013. 1026 p., ISBN 972-9350-58-2.
- VIANNA, F. J. O. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 349p.